

Perda chegou a US\$ 1 tri

Dida Sampaio

O Brasil perdeu de US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão na década de 80, disse ontem o secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, ao apresentar os números sobre as contas nacionais aos jornalistas, repetindo uma exposição que já tinha feito ao Conselho da República, na última terça-feira. O cálculo de Macedo estima a diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) que poderia ter sido obtido, tendo em vista a capacidade instalada da economia, e o que foi efetivamente conseguido. Se essa estimativa for feita em comparação com os índices históricos de crescimento da economia brasileira, a perda chegaria a US\$ 1 trilhão, ou quase três vezes o que se produz anualmente no País, observou.

Durante toda a década de 70, o País cresceu a uma taxa média superior a 7% ao ano. O crescimento econômico em toda a década passada ficou em torno de 1%. Mas não foi apenas o produto que estagnou. A chamada "década perdida" foi caracterizada também por uma redução expressiva na taxa de investimento público e privado, que passou de 23% do PIB para menos de 17%. A taxa de poupança também caiu, com o agravante de que a poupança externa, uma das alavancas do desenvolvimento brasileiro nos anos 70, praticamente desapareceu nos anos 80. A poupança do setor público, que na década de 70 equivalia a 5% do PIB, passou a ser negativa no final dos anos 80, ou seja, os governos federal e estaduais se endividaram para pagar as suas contas.

Carença

A queda dos investimentos, segundo Macedo, está diretamente relacionada com a crise fiscal do setor público. Essa crise e a carência completa de recursos destinados aos investimentos nas áreas sociais e produtivas. Com a falta de recursos, o governo terminou por se endividar e apelou para a emissão de moeda, gerando mais inflação. Esse comportamento das autoridades gerou desconfiança com relação às aplicações financeiras, um desestímulo à poupança do setor privado e incertezas com relação ao futuro.

Além da falta de recursos, a arrecadação tributária da União caiu durante toda a década de 80. A carga tributária líquida (o total da receita, menos as transferências para estados e municípios, os gastos com a Previdência Social, juros e subsídios) era equivalente a 16% do PIB na década de 70. Na década



Macedo apresenta contas

passada ela passou a algo em torno de 10% do PIB. A União foi prejudicada também, segundo Macedo, com a divisão dos recursos tributários. Enquanto em 1970, a União ficava com 88% de tudo o que se arrecadava no País, em 1992 ficará com apenas 49,6%. Os 50,4% serão transferidos aos estados e municípios.

Esse quadro de crise financeira do Estado brasileiro será agravado no próximo ano, de acordo com Macedo, em virtude do aumento dos gastos com a Previdência Social e do custeio da máquina administrativa. Ele estima um aumento de 30% nas despesas do governo. Os gastos com a previdência deverão superar 5% do PIB.

Inflação

Mesmo com todos os programas de ajuste econômico adotados pelo governo, a inflação continua em estado crônico. "Os choques econômicos não tiveram sustentação porque não atacaram o problema fundamental: o déficit público", disse Macedo. Ele mostrou que o déficit público operacional (que exclui os encargos financeiros das dívidas externa e interna) foi de mais de 6% do PIB em 81, mais de 7% do PIB em 82, superior a 4% do PIB em 83, caiu para algo em torno de 2,5% do PIB em 84, subiu para pouco mais de 4% em 85, ficou em torno de 3,5% em 86, foi superior a 5,5% em 87, ficou em quase 5% em 88 e terminou em torno de 7% no último ano do governo Sarney. Somente em 90, o governo obteve um superávit um pouco acima de 1% do PIB. Mas este ano, obterá um novo déficit: 2,4% do PIB. "A inflação ressurge de forma menos grave, mas poderá se agravar se nada for feito", disse Macedo.

Para reverter esse quadro, Macedo propõe a realização de um ajuste fiscal expressivo, que será conseguido basicamente com o aumento da arrecadação tributária, o corte de gastos públicos, a renegociação da dívida externa que implica na redução do estoque dessa dívida e a privatização de empresas estatais.